

É atribuída ao austríaco Peter Druker, o pai da administração moderna e, portanto, um dos seus mais influentes pensadores, a frase: “A melhor maneira de prever o futuro é criá-lo”. Há dez anos, no biênio 2013/2014, fui honrado com a oportunidade de dirigir o Tribunal de Contas da Paraíba. Percebo que, decorrido esse tempo, os desafios, ao invés de se extinguirem, se ampliaram.

Peter Druker, todavia, me traz a convicção de que também fomentei o futuro nos idos de 2013 e 2014, a ponto de hoje declarar que estou preparado para implementar as inovações e os mecanismos da evolução que há muito colocam, nacionalmente, a Corte de Contas dos paraibanos em posição de vanguarda.

Para criar o futuro, assim como naquele distante biênio, precisarei do passado. É que o tempo pretérito sempre será um bom farol. À época, foi imprescindível prosseguir com ações e programas desenvolvidos por meus antecessores. Foi crucial a parceria de cada um dos membros desta Casa. Foi essencial contar com cada integrante do Ministério Público de Contas. Foi indispensável a colaboração de cada auditor de controle externo e a dos nossos servidores em geral. Na força vital do coletivo encontrei os subsídios e os mecanismos necessários ao êxito dos projetos que eu aqui empreenderia.

O Tribunal de Contas da Paraíba já se fazia uma referência para seus congêneres. Mas, assim como acontece com performances de alto rendimento no mundo dos esportes, nenhum pódio perdura, indefinidamente. Embora não estejamos em competição olímpica, a posição que já alcançamos no ranking do Sistema de Controle Externo brasileiro nos obriga a perseguir o aprimoramento. Isto, mas, sobretudo, o propósito indeclinável de bem servir à Paraíba e à sua gente sempre será, persecutoriamente, nosso objetivo.

Nesse percurso, o aperfeiçoamento do controle externo ganhou novos e fundamentais aliados. Passou a ser a pauta permanente da Atricon, Abracon, IRB, CNPTC, Audicon, AMpcon e ANTC. Tive o privilégio de presidir a Atricon em duas gestões e

sou testemunha do empenho com que essas forças buscam a efetividade das ações do Sistema Tribunais de Contas do Brasil.

O futuro nos trouxe a era da Inteligência Artificial. Mas, para chegar até ela, um longo caminho foi percorrido e, mais importante, houve condutores. O TC paraibano, graças à sua grande capacidade técnica, ao espírito público e à tenacidade dos seus dirigentes, meus antecessores, superou barreiras na transposição de eventuais complexidades. As ferramentas tecnológicas – desenvolvidas aqui mesmo e em inestimável parceria com universidades – nos garantem a referência e o bom conceito nacionais. Ou seja, alcançamos a linha de chegada e garantimos a nossa medalha. Erguemos, de fato, o troféu de um organismo detentor de instrumentos capazes de assegurar a efetividade e a eficácia do controle externo com resultados aferidos pelo MMDTC, sob referendo da Fundação Vanzolini.

Evidentemente, nenhuma tecnologia, mesmo a que evolui no patamar da Inteligência Artificial, será capaz de superar as pessoas. Nada consegue se sobrepôr ao ser humano. Naquela primeira gestão, já compreendíamos que a força humana seria essencial à construção do nosso futuro institucional. Foi assim que percorremos a Paraíba inteira para divulgar a importância do Controle Social.

A participação cidadã é um dos mais eficazes instrumentos de controle dos quais teremos conhecimento. No filósofo italiano Norberto Bobbio, encontro a melhor referência para esta minha crença: “O Controle Social é o controle da ação estatal pela via democrática. É uma forma de se inverter a lógica de olhar o problema do Estado do ponto de vista do governante para ver o governo da ótica do indivíduo”.

Fomos ao encontro dos cidadãos com o programa “Diálogo Público”, nas cidades da Paraíba, ocasião em que reuníamos, igualmente, os gestores municipais. Falávamos, então, da essencialidade do Controle Social seguros de que as pessoas são ativo indispensável à construção da efetividade e da eficiência que buscamos. Nesse périplo, encontramos o apoio da imprensa paraibana, sempre presente, a transmitir a boa informação,

providência vital à ampliação do interesse popular naquilo que somos e fazemos.

O Diálogo Institucional desenvolvido e ampliado com o Executivo, o Parlamento, o Ministério Público, enfim, com Chefes dos Poderes dispostos aos esforços pelo bem comum, nos traz a convicção de que, mais uma vez, contaremos com todos na luta pela melhoria dos meios e da qualidade de vida de cada família paraibana. Sim, porquanto esta união e estes propósitos se repetem.

Mas trouxemos, também, o cidadão à nossa Sede. Estreitamos os laços necessários com a comunidade, oferecendo-lhe um ambiente destinado a eventos culturais, artísticos, científicos, administrativos e um espaço inestimável, ainda, para reuniões técnicas. Inauguramos, assim, o Centro Cultural Ariano Suassuna hoje requisitado com significativa frequência, o que confirma seus propósitos e finalidade.

A cultura, como todos sabemos, está entre os direitos fundamentais da cidadania e, como tal, é pauta inarredável do Controle Externo. Por meio dela preservamos nossa ancestralidade. Por seu intermédio, transpomos espaços de tempo e conservamos a nossa genuína identidade.

Lembro que a conservação do patrimônio histórico e cultural, no qual a arte também se insere como expressão autêntica e elementar da beleza, da harmonia ou da subjetividade humana, tem sido uma bandeira desta Corte, muito especialmente, pela condução do Ministério Público de Contas sob a égide do brilhante procurador geral Marcílio Toscano Franca Filho.

A responsabilidade do Controle Externo é vasta. O dever constitucional de assegurar a boa governança do dinheiro público, ao mesmo tempo em que desafia, nos impele a atuar com amplitude e vigor. Os princípios republicanos reclamam isso: a garantia da universalidade de direitos que assegurem a cada cidadão recursos básicos não apenas necessários à sobrevivência, mas, ainda, à boa qualidade de vida.

Nessa ampla missão inclui-se a função pedagógica que preceitua a aproximação do gestor público com os anseios e os direitos da sociedade, jamais seu afastamento. A educação e a orientação, por tal modo, sempre apresentarão resultados que favorecem a boa governança. Portanto, nosso papel não é, necessariamente, o de punir os malversadores com multas e débitos, embora, às vezes, não nos reste outro remédio.

As medidas de cautela, por exemplo, estão entre os instrumentos utilizados para a correção de eventuais inconformidades. Tanto previnem o desperdício quanto evitam a malversação dos recursos públicos. As portas do TCE estarão sempre abertas para orientar, para dirimir dúvidas, sobretudo em início de gestão, quando estas são mais frequentes. Além do acompanhamento técnico personalizado, a Escola de Contas, as inúmeras ferramentas de Controle e o Espaço Cidadania Digital se destinam a esse fim.

Focalizando o futuro, teremos um olhar especial para a infância e para sua educação. Não custa lembrar que essa é uma iniciativa que repercute em todos os sentidos: redução das desigualdades, estímulo ao desenvolvimento econômico e social, fomento à produtividade e competitividade no mercado de trabalho. Não é preciso dizer o quanto o cuidado com as novas gerações é providência indispensável à formação de cidadãos críticos, conscientes e participativos do processo que pode e deve conduzi-las à redenção social e econômica.

A presença, aqui e agora, de tantas e tão expressivas representações dos meios administrativos, políticos e jurídicos também faz desta cerimônia de posse o momento do convite a todos para um grande Pacto Conjunto pela Educação Infantil. Temos neste objetivo, inarredavelmente, um dos fios condutores da gestão que agora se inicia e um propósito a ser perseguido com afinco e sem descanso ao longo do nosso biênio. A isto dedicaremos, portanto, grande parte das nossas forças. Este, enfim, é um tema de interesse extremo da cidadania.. E me permito a recomendação: Após tantas gerações perdidas, é urgente o amparo governamental às que nos chegam. É preciso livrá-las dos riscos das ruas e, para tanto, não há providência

melhor nem mais rápida do que a escola de dupla jornada. Pensemos nisso.

Seguindo esse escrutínio, no âmbito da nossa missão em direção ao futuro, enxergo a urgência das questões ambientais e climáticas. As previsões da ciência são preocupantes e, sendo assim, a sorte do Planeta depende das ações do hoje. A agressão ininterrupta ao meio ambiente exige de todos nós o agir imediato. Criar possibilidades e alternativas, neste caso, está intrinsecamente associado ao acreditar. É preciso admitir que o aquecimento global atingiu níveis alarmantes e que, realmente, isso representa um risco sério à existência humana e dos ecossistemas. Estamos diante de um problema que só o homem é capaz de reverter.

É premente lidarmos com essas ameaças e priorizarmos as nossas ações, senão pela reversão, mas pela mitigação desse quadro que já produz substanciais impactos à saúde humana, escasseia a produção de alimentos, agrava as secas, provoca enchentes, eleva o nível do mar e contribui para a extinção em massa de espécies sucessivas. É preciso nos associarmos àqueles que trabalham para atingir os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável.

O Controle Externo, enquanto instrumento de salvaguarda dos direitos da cidadania, enquanto ação que preserva o emprego efetivo do dinheiro público, também pode e deve atuar como instituição preservacionista. Só assim alcançaremos o futuro, no nosso caso, com o bem-estar dos paraibanos.

A nossa expertise técnica pode ser ofertada, por exemplo, em prol da adoção de políticas públicas de mobilidade urbana que priorizem o transporte comum, que contemplem as ciclovias e as ciclofaixas. Podemos estimular a gestão pública a promover a recomposição de biomas e das matas ciliares e, conseqüentemente, a preservação de nascentes e dos recursos hídricos.

Podemos, igualmente, orientar sobre o plantio de árvores na área urbana, sobre atividades agroecológicas nas escolas.

Podemos encorajar obras públicas que prevejam o armazenamento de águas pluviais e a implantação de fontes de energia limpa. Também, estimular políticas educativas quanto ao tratamento do lixo urbano. Enfim, há um leque de alternativas capazes de reduzir os efeitos devastadores das mudanças climáticas. São sugestões já conhecidas, mas são ações que vêm sendo proteladas ao longo dos anos.

Lá no passado, reforçamos primordiais e cordiais contatos, além de parcerias importantes, com instituições acadêmicas, assim como estabelecemos pontes com os demais Poderes e órgãos republicanos, sempre imbuídos do interesse comum em promover a responsabilidade social e o bem-estar da comunidade. Agora, vislumbrando o futuro, que passamos a criar, desejo, novamente, contar com essas alianças.

Não há mais tempo. O futuro que queremos criar é aquele capaz de acolher, é aquele que estende os braços ao abraço e está preparado para ser econômica e ambientalmente viável. E, para que isto se concretize, recorro a uma outra receita, desta vez do escritor/orador norte-americano Dale Carnegie: “A melhor maneira de nos prepararmos para o futuro é concentrar toda a imaginação e entusiasmo na execução perfeita do trabalho de hoje”.

É chegado, então, o momento de agradecer. Primeiramente a Deus sem cuja proteção e orientação nada nos será possível. Depois, aos meus pares. Cada um, a seu modo, contribuiu e contribui para que hoje tenhamos, na Paraíba, um Tribunal de vanguarda. A posição que hoje detemos no ranking nacional do controle externo decorre, degrau por degrau, de seus empenhos, seus talentos, suas dignidades e seus compromissos com o bem-estar do nosso povo.

de igual forma, aos queridos membros – ministros e conselheiros - de diversos tribunais de contas de todas as regiões do Brasil, cujas presenças simbolizam a unidade do sistema, a boa reputação da corte paraibana e, sobretudo, a nossa relação pessoal de amizade.

Imprescindível registrar A ALEGRIA E A EMOÇÃO proporcionadas pela companhia afetiva DE TANTOS E QUERIDOS AMIGOS nesta solenidade.

Nosso êxito, também é preciso reconhecer, tem a mão amiga, tem a participação indispensável das nossas Instituições e Poderes, parceiros de todas as horas.

Que momento ímpar da história da Paraíba. Não há como exaltá-lo sem a citação pessoal às figuras exponenciais dos dignos e honrados paraibanos Vital do Rego, presidente do Tribunal de Contas da União, e Hugo Motta, para quem a vontade das urnas e o respeito incondicional dos seus pares reservam, justa e merecidamente, neste último caso, a Presidência da Câmara dos Deputados, num instante crucial da vida pública brasileira. Minha eterna gratidão a todos os conselheiros advindos de todos os recantos do País e aqui presentes.

Por fim, nessa imersão, nesse delinear de um futuro próspero, eu não poderia deixar de me referir à minha família. Os meus filhos João Gabriel, João Guilherme e Maria Júlia são a minha grande e mais fervorosa inspiração. A minha esposa Bianca é o meu alicerce, é a amálgama de todos os meus projetos. Junto a eles eu encontro motivação, força e discernimento para o cumprimento dessa missão ímpar.

Os exemplos de Geraldo Nogueira e Maria Adília, meus pais, são referência e luz em minha existência. O companheirismo dos meus irmãos Denise e Gustavo e o afeto dos meus sobrinhos Ana Flávia, Caio, Marcela, Fernanda e Eduardo são força cotidiana.

Muito obrigado.